

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO DO TRABALHO	1
1. Evolução do Direito do Trabalho	1
2. Tendência atual: flexibilização das relações de trabalho	6
3. Conceito	8
4. Natureza e autonomia	9
5. Competência para legislar sobre Direito do Trabalho	10
6. Codificação do Direito do Trabalho	11
7. O Direito do Trabalho na Constituição Federal de 1988	11
8. O Direito do Trabalho na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)	14
9. O Direito do Trabalho em outras leis esparsas	15
10. O Direito do Trabalho nas negociações coletivas	15
10.1. Acordos coletivos de trabalho	16
10.2. Convenções coletivas de trabalho	17
10.3. Contratos coletivos	20
11. O Direito do Trabalho no regulamento de empresa	21
12. O Direito Internacional do Trabalho	22
12.1. O Direito do Trabalho na Organização Internacional do Trabalho (OIT)	23
12.1.1. Histórico	23
12.1.2. Organização. Membros. Normas Internacionais da OIT	24
12.2. Conflito entre a norma internacional e a norma interna	25
12.3. Os tratados internacionais na Emenda Constitucional n.º 45/2004	25
13. Vigência e aplicação das Normas de Direito do Trabalho	26
13.1. A eficácia no tempo	26

13.2. A eficácia no espaço	27
14. Princípios basilares do Direito do Trabalho	27
14.1. Princípio protetor ou tutelar	28
14.2. Princípio da norma mais favorável ao trabalhador	28
14.3. Princípio da condição mais benéfica	30
14.4. Princípio da irrenunciabilidade dos direitos trabalhistas	30
14.5. Princípio da continuidade do emprego	31
14.6. Princípio da primazia da realidade	32
14.7. Princípio da razoabilidade	32
14.8. Princípio da inalterabilidade contratual lesiva	33

CAPÍTULO 2

CONTRATO DE TRABALHO	35
1. Relação de emprego e contrato de trabalho	35
2. Natureza jurídica e características do contrato de trabalho	36
2.1. Elementos essenciais	36
3. Classificação dos contratos de trabalho	38
4. O contrato a prazo determinado no direito brasileiro	40
4.1. O contrato a prazo determinado na CLT	40
4.2. O contrato a prazo determinado na Lei n.º 9.601/1998 ..	47
5. Trabalho a tempo parcial	55
6. Distinção entre o contrato de trabalho e outros institutos	58
6.1. Contrato de sociedade e contrato de trabalho	58
6.2. Empreitada e contrato de trabalho	59
6.3. Contrato de mandato e contrato de trabalho	59

CAPÍTULO 3

O EMPREGADO	61
1. Conceito de empregado	61
1.1. Requisitos imprescindíveis para a caracterização do em- pregado	61
1.2. Elementos não essenciais para a definição de empregado .	64
2. Distinção entre empregado e outros trabalhadores	65
2.1. Distinção entre empregado e trabalhador autônomo	65
2.2. Distinção entre empregado e trabalhador eventual	67

2.3. Distinção entre empregado e trabalhador avulso	68
2.4. Distinção entre empregado e estagiário	70
2.5. Distinção entre empregado e trabalhador voluntário	72
2.6. Distinção entre empregado e trabalhador temporário	72

CAPÍTULO 4

A TERCEIRIZAÇÃO (PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS)	75
1. Noções	75
2. Limites à terceirização na jurisprudência do TST	77
3. Atividade-meio e atividade-fim da empresa	78
4. Responsabilidade do tomador de serviços na terceirização em geral	79
5. Terceirização no setor público	81
5.1. Irregularidade na contratação no setor público	84
5.2. Contratação irregular e vínculo empregatício	86

CAPÍTULO 5

CONTRATOS ESPECIAIS DE TRABALHO	87
1. O empregado doméstico	87
2. O empregado rural	95
3. O trabalhador temporário	99
4. O empregado em domicílio	102
5. O estagiário	102
6. O empregado aprendiz	105
7. O empregado público	108
8. A problemática do diretor de sociedade no direito brasileiro .	109
9. O empregado acionista e o empregado exercente de cargo de confiança	110
10. A “mãe social”	110

CAPÍTULO 6

O EMPREGADOR	113
1. A definição de empregador na CLT	113
2. Equiparados a empregador	114

3. Grupo de empresas: responsabilidade solidária	115
4. Sucessão de empresas e alteração na estrutura jurídica da empresa	117

CAPÍTULO 7

ADMISSÃO DO EMPREGADO	121
1. Natureza e forma da admissão	121
2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS)	123
3. Registro do empregado	128
4. Tratamento simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte	131

CAPÍTULO 8

ALTERAÇÃO, SUSPENSÃO E INTERRUPTÃO DO CONTRATO DE TRABALHO	135
1. Princípio da imodificabilidade das condições de trabalho	135
2. O <i>jus variandi</i> como exceção ao princípio da inalterabilidade	136
3. Suspensão e interrupção do contrato de trabalho	138
3.1. Greve	139
3.2. Auxílio-doença	140
3.3. Acidente de trabalho	140
3.4. Serviço militar	140
3.5. Férias	141
3.6. Licença-maternidade	141
3.7. Aborto	144
3.8. Licença paternidade	144
3.9. Empregado eleito para cargo de diretor na empresa	144
3.10. Encargo público	145
3.11. Representação sindical	145
3.12. Afastamento por motivo de segurança nacional	145
3.13. Suspensão disciplinar	145
3.14. Locaute (ou <i>lockout</i>)	146
3.15. Faltas justificadas (ou abonadas)	146
3.16. Aviso prévio	147
3.17. Inquérito para apuração de falta grave	147
3.18. Intervalos de jornada	148

3.19. Prontidão e sobreaviso	148
3.20. Repouso semanal remunerado	148
3.21. Suspensão do contrato para participar de curso ou programa profissional	148
4. Efeitos da interrupção e da suspensão no contrato a prazo determinado	151
5. Possibilidade de dispensa imotivada do empregado durante a suspensão ou interrupção do contrato	151
6. Transferência de empregado	152

CAPÍTULO 9

JORNADA DE TRABALHO	159
1. Noções gerais	159
2. O conceito de jornada de trabalho no direito brasileiro	160
3. Tempo <i>in itinere</i>	161
4. Irrenunciabilidade da jornada de trabalho	162
5. Ônus da prova da jornada de trabalho	162
6. Empregados excluídos da proteção da jornada de trabalho	163
7. Classificação da jornada de trabalho	165
8. Trabalho por turnos ininterruptos de revezamento	167
9. Horas extraordinárias	169
9.1. Acordo de prorrogação de horas	169
9.2. Sistema de compensação de horas	173
9.3. Horas extras no caso de força maior	176
9.4. Horas extras para conclusão de serviços inadiáveis	178
9.5. Horas extras para reposição de paralisações	179
9.6. Horas extras proibidas	179
9.7. Natureza do adicional de horas extras	180
10. Intervalos interjornadas e intrajornadas	180
10.1. Intervalos interjornadas	182
10.2. Intervalos intrajornada	182
10.3. Intervalos não previstos	184
11. Descanso semanal remunerado (DSR)	185

CAPÍTULO 10

FÉRIAS	191
1. Introdução	191
2. O Capítulo de férias da CLT e a Convenção Internacional n.º 132 da OIT	191
3. Princípios aplicáveis às férias	194
4. Aquisição do direito às férias	195
5. Perda do direito às férias	195
6. Duração das férias	197
7. Duração das férias do empregado contratado a tempo parcial ...	199
8. Período concessivo	200
9. Possibilidade de fracionamento	201
10. Designação do período de férias	201
11. Remuneração das férias	202
12. Abono de férias	204
13. Efeitos da extinção do contrato	205
13.1. Férias vencidas	205
13.2. Férias proporcionais	206
14. Prescrição das férias	208
15. Férias coletivas	210
16. Disposições da Convenção n.º 132 da OIT	213
16.1. Perda do direito às férias	214
16.2. Duração das férias	216
16.3. Feriados	216
16.4. Fracionamento	216
16.5. Período concessivo	217
16.6. Indenização das férias proporcionais na extinção do contrato de trabalho	218

CAPÍTULO 11

REMUNERAÇÃO E SALÁRIO	219
1. Noção de salário e remuneração	219
2. Diferença entre salário e outras figuras	221
2.1. Indenizações	221
2.2. Benefícios previdenciários	221

2.3. Complementações previdenciárias	221
2.4. Recolhimentos para fiscais	222
2.5. Direitos intelectuais	222
2.6. Participação nos lucros	222
3. Formas de pagamento do salário	223
3.1. Salário por tempo	223
3.2. Salário por produção	223
3.3. Salário por tarefa	223
3.4. Salário complessivo	223
4. Meios de pagamento do salário	224
4.1. Pagamento em dinheiro	224
4.2. Pagamento em cheque ou depósito bancário	224
4.3. Pagamento em utilidades (salário <i>in natura</i>)	225
4.3.1. Utilidades de natureza salarial e não salarial	225
4.3.2. Programa de alimentação ao trabalhador (PAT) ...	228
4.3.3. Vale-transporte	228
4.3.4. Escola gratuita para os filhos do empregado	228
4.3.5. Seguros diversos	229
4.3.6. Complementação da aposentadoria	229
4.3.7. Ajuda de custo	229
4.3.8. Valor da utilidade	229
5. Princípios de proteção ao salário	230
5.1. Periodicidade do pagamento do salário	230
5.2. Atraso no pagamento do salário	230
5.3. Pagamento do salário em audiência judicial	231
5.4. Prova do pagamento	231
5.5. Inalterabilidade da forma ou modo de pagamento dos salários	231
5.6. Irredutibilidade salarial	232
5.7. Descontos nos salários	232
6. Valor do salário	234
6.1. Salário mínimo geral	234
6.2. Salário profissional	235
6.3. Piso salarial	236
6.4. Salário normativo	236
7. Política de reajuste salarial no Brasil	236

8. Formas especiais de remuneração	238
8.1. Abonos	238
8.2. Adicionais	238
8.2.1. Adicional de horas extras	238
8.2.2. Adicional noturno	239
8.2.3. Adicional de insalubridade	241
8.2.4. Adicional de periculosidade	243
8.2.5. Adicional de transferência	244
8.3. Comissões	244
8.4. Diárias	245
8.5. Gorjetas	246
8.6. Gratificações	247
8.7. Décimo terceiro salário	248
8.8. Prêmios	249
8.9. Quebra de caixa	250
9. Equiparação salarial	250
9.1. Requisitos da CLT para a equiparação salarial	250
9.1.1. Mesmo empregador	251
9.1.2. Mesma localidade	251
9.1.3. Mesma função	251
9.1.4. Diferença do tempo de função não superior a 2 anos	252
9.1.5. Trabalhos de igual valor	252
9.1.6. Simultaneidade	252
9.2. Efeitos do quadro de carreira	253

CAPÍTULO 12

FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO (FGTS) ...	257
1. Noções	257
2. Beneficiários	259
3. Depósitos mensais	260
4. Levantamento dos depósitos (saques do FGTS)	261
5. Efeitos na rescisão ou extinção do contrato de trabalho	263
6. Administração	264
7. Prescrição trintenária	266
8. Contribuições sociais do empregador	266

CAPÍTULO 13

SEGURO-DESEMPREGO, SALÁRIO-FAMÍLIA E PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO AO TRABALHADOR (PAT)	271
1. Seguro-desemprego	271
1.1. Seguro-desemprego do trabalhador urbano e rural	272
1.1.1. Condições para a concessão	273
1.1.2. Duração do benefício	274
1.1.3. Valor do benefício	276
1.1.4. Prazo para requerimento	278
1.1.5. Documentos necessários	279
1.1.6. Suspensão do seguro-desemprego	280
1.1.7. Cancelamento do seguro-desemprego	280
1.1.8. Intransferibilidade	281
1.2. Seguro-desemprego do doméstico	282
1.3. Seguro-desemprego do trabalhador submetido a trabalho forçado ou reduzido à condição de escravo	285
1.4. Seguro-desemprego do pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal	288
1.5. Bolsa de qualificação profissional	289
2. Salário-família	293
2.1. Beneficiários	293
2.2. Possibilidade de acumulação	294
2.3. Carência e condições para concessão	295
2.4. Pagamento	295
2.5. Cessação do pagamento	296
3. Programa de alimentação do trabalhador (PAT)	297

CAPÍTULO 14

SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO	301
1. Normas gerais de segurança na CLT	301
2. Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA)	302
3. Equipamento de Proteção Individual (EPI)	303
4. Exame médico	304
5. Edificações	304
6. Iluminação	305
7. Conforto térmico	305
8. Instalações elétricas	305

9. Movimentação de cargas	306
10. Máquinas e equipamentos	306
11. Caldeiras e equipamentos sob pressão	306
12. Aspectos psicofisiológicos	307
13. Proteção contra incêndio	307
14. Instalações sanitárias	308
15. Sinalização de segurança	308
16. Atividades insalubres	308
17. Atividades perigosas	311
18. Fiscalização	312

CAPÍTULO 15

FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO	315
1. Noções	315
2. Atuação dos agentes	316
3. Atribuições	317
4. Livro de inspeção	318
5. Autuações	318
6. Regulamento da inspeção do trabalho	319

CAPÍTULO 16

NORMAS ESPECIAIS DE PROTEÇÃO DO TRABALHO	325
1. Trabalho da mulher	325
2. O trabalho do menor	332
3. Trabalho do bancário (CLT, arts. 224/226)	337
4. O trabalho de telefonia (CLT, arts. 227/230)	340
5. Trabalho dos operadores cinematográficos (CLT, arts. 234/235)	341
6. Trabalho do professor (CLT, arts. 317/323)	342

CAPÍTULO 17

ESTABILIDADE	347
1. Noções	347
2. Estabilidades especiais	348

2.1. Dirigente e representante sindical	349
2.2. Representante da CIPA	350
2.3. Acidentado	350
2.4. Gestante	351
2.5. Membros do conselho curador do FGTS	352
2.6. Membros do CNPS	352
2.7. Empregados diretores de cooperativas	352
2.8. Membros da comissão de conciliação prévia	353
2.9. Estabilidade do empregado público	353

CAPÍTULO 18

EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO	357
1. Introdução	357
2. Dispensa sem justa causa	358
3. Dispensa com justa causa	358
3.1. Requisitos essenciais da justa causa	359
3.2. Requisitos não essenciais da justa causa	361
3.3. Hipóteses caracterizadoras da justa causa	362
3.3.1. Improbidade	362
3.3.2. Incontinência de conduta	362
3.3.3. Mau procedimento	363
3.3.4. Negócio habitual	363
3.3.5. Condenação criminal sem “sursis”	363
3.3.6. Desídia	364
3.3.7. Embriaguez	364
3.3.8. Violação de segredo	365
3.3.9. Indisciplina	365
3.3.10. Insubordinação	365
3.3.11. Abandono de emprego	366
3.3.12. Ato lesivo à honra e boa fama	366
3.3.13. Ofensa física	366
3.3.14. Prática constante de jogos de azar	367
3.3.15. Hipóteses específicas de justa causa	367
3.4. Direitos do trabalhador na dispensa com justa causa	367
4. Dispensa por culpa recíproca	367

5. Rescisão indireta	368
6. Extinção do contrato por acordo entre as partes	370
7. Extinção do contrato por pedido de demissão	370
8. Extinção do contrato pelo falecimento do empregado	371
9. Morte do empregador individual pessoa física	372
10. Extinção do contrato pela extinção da empresa	372
11. Extinção do contrato de trabalho por força de aposentadoria espontânea	373
12. Extinção do contrato de trabalho pela aposentadoria compulsória	374
13. Extinção dos contratos a prazo determinado	375
14. Extinção do contrato por força maior	376
15. Dispensa obstativa do empregado	376
16. Fato do príncipe (<i>factum principis</i>)	377
17. Falência e recuperação da empresa	378
18. Assistência nas rescisões contratuais	379
19. Pagamento das verbas rescisórias	383

CAPÍTULO 19

AVISO PRÉVIO	385
1. Introdução	385
2. Cabimento do aviso prévio	385
3. Formalidade para a concessão do aviso	387
4. Irrenunciabilidade do direito ao aviso	387
5. Efeitos da concessão do aviso prévio	388
6. Aviso prévio e justa causa	389
7. Aviso prévio e estabilidade	390
8. Duração do aviso prévio	392
9. Redução da jornada durante o aviso prévio	393
10. Remuneração do aviso prévio	394
11. Efeitos da não-concessão do aviso prévio	395
12. Reconsideração do aviso prévio	396
13. Aviso prévio cumprido em casa	396

CAPÍTULO 20

GREVE	399
1. Introdução	399
2. Conceito de greve	399
3. Classificação da greve	401
4. Atos preparatórios para a greve	401
5. Garantias aos grevistas	402
6. Greve e direitos constitucionais	404
7. Dispensa e contratação de empregados durante a greve	404
8. Natureza dos dias de paralisação	405
9. Manutenção de equipamentos	405
10. Greve nos serviços essenciais	406
11. Vedação ao locaute (<i>lockout</i>)	407
12. Greve e práticas abusivas	407
13. Responsabilização no caso de abuso de direito	408

CAPÍTULO 21

ORGANIZAÇÃO SINDICAL NO BRASIL	411
1. Introdução	411
2. Princípios constitucionais de Direito Coletivo do Trabalho	412
3. Os sindicatos	414
3.1. Profissão, categoria e categoria profissional diferenciada	414
3.2. Criação do sindicato	415
3.3. Restrição à liberdade sindical: a unicidade sindical	416
3.4. Órgãos do sindicato	416
4. As federações sindicais	416
5. As confederações sindicais	417
6. As centrais sindicais	417
7. Fontes de recursos das entidades sindicais: as contribuições sindicais	418
7.1. A contribuição sindical	419
7.2. A contribuição confederativa	420
7.3. A contribuição assistencial	421
7.4. Mensalidade sindical	421

CAPÍTULO 22

ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO	423
1. A justiça do Trabalho	423
2. Competência da Justiça do Trabalho	426
3. Competência territorial da Justiça do Trabalho	432
4. Dissídio individual	433
5. Rito sumaríssimo no dissídio individual	434
6. Comissão prévia de conciliação nos dissídios individuais	435
7. Dissídios coletivos	438
8. A arbitragem	441
9. Execução trabalhista	442
10. Liquidação da sentença	443
11. Ministério Público do Trabalho	444
SÚMULAS DA JURISPRUDÊNCIA UNIFORME DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	447
BIBLIOGRAFIA	551